

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE PARCEIRO PRIVADO**Edital N°
0076/2025Objeto
Broker de Pagamento SENATRAN**PARECER TÉCNICO DE IMPUGNAÇÃO | N° 004/2025****OBJETIVO**

Emitir Parecer Técnico, elaborado pela Comissão Especial, que analisou o pedido de impugnação apresentado após a publicação do Chamamento Público.

**ATO**

Chamamento Público

INTERPOSIÇÃO

Impugnação

IMPUGNANTEASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DETRANS (**AND**)**ENDEREÇO
ELETRÔNICO**

parceria-brokersenatran@serpro.gov.br

**SÍTIO DE
PUBLICAÇÃO**<https://www.serpro.gov.br/consultas-publicas/sede/0076-2025>**ELABORAÇÃO**

DINGM/SUNIN/INPAR - Eder Luis dos Santos Silva

COLABORAÇÃO

DIJUG/SUPJU - Rafael Effting Cabral
DINGM/SUNCF - Brenno Bello Sampaio
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO - SENATRAN

RESPONSÁVEL

DINGM/SUNIN/INPAR - Eder Luis dos Santos Silva

**ASSINATURAS**

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 Preliminarmente cabe esclarecer que o edital, tem como finalidade a realização de Chamamento Público destinado a selecionar pessoa jurídica de direito privado, visando a escolha do parceiro privado que reúna as características mais adequadas para a formação de parceria com o SERPRO, buscando explorar oportunidade de negócio de construção e oferta de uma solução de **Broker de Pagamento SENATRAN**.

2. IMPUGNAÇÃO

2.1 Tempestividade

2.1.1 Considerando o prazo até 05/05/2025, constata-se que o pedido de impugnação apresentado pela impugnante **AND** em 05/05/2025 é tempestivo.

2.2.2 Acrescente-se que o pedido de impugnação adotou o endereço eletrônico adequado, foi motivado e fundamentado, portanto, cumpriu os requisitos estabelecidos no edital para a sua admissibilidade.

2.2 Síntese da impugnação

2.2.1 Em seu pedido de impugnação, a impugnante alega, em síntese (grifo nosso):

2.2.1.1 DA INCOMPETÊNCIA DA SENATRAN PARA ARRECADAR RECEITAS PÚBLICAS: a entidade alega que, conforme o art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro, a SENATRAN não possui competência legal para arrecadar valores públicos nem intervir nos fluxos financeiros de estados ou municípios. Segundo a entidade, embora o edital descreva o Broker SENATRAN como uma solução tecnológica para centralizar operações de consulta e pagamento de débitos veiculares, na prática, essa estrutura altera a lógica arrecadatória dos entes federativos ao transferir sua gestão para um órgão federal, o que exigiria autorização legislativa específica, e não poderia ser instituído apenas por edital.

2.2.1.2 DOS RISCOS À AUTONOMIA FEDERATIVA E À ORGANIZAÇÃO DESCENTRALIZADA DO TRÂNSITO: a entidade afirma que, segundo a Constituição Federal (art. 18), os Estados possuem autonomia administrativa e financeira, incluindo a gestão de serviços públicos e das receitas a eles vinculadas. No Sistema Nacional de Trânsito, as competências são descentralizadas: a SENATRAN atua no nível federal, enquanto os Detrans executam, em âmbito estadual, atividades operacionais e arrecadatórias. A arrecadação de tributos como o IPVA (art.155, III da CF) e de multas de trânsito (art. 260 do CTB) é de responsabilidade dos entes estaduais, sem previsão legal para centralização pela União. Assim, qualquer tentativa de uniformizar nacionalmente a arrecadação por meio de edital, sem autorização legal específica, viola a autonomia dos Estados, interfere no pacto federativo e pode gerar impactos graves sobre as competências dos Detrans. A centralização tecnológica desses fluxos pela SENATRAN representaria uma ingerência indevida da União sobre receitas estaduais.

2.2.1.3 DA INEXISTÊNCIA DE BASE LEGAL PARA A INICIATIVA: ainda, a entidade critica o uso dos arts. 28, §§ 3º e 4º da Lei das Estatais como fundamento jurídico para a criação de uma estrutura arrecadatória por meio de parcerias empresariais. Argumenta que esses dispositivos não autorizam a delegação de funções públicas de arrecadação, nem substituem a exigência de lei formal para centralizar receitas públicas. A iniciativa não se limita à exploração comercial, mas interfere diretamente no regime jurídico da arrecadação, exigindo autorização legislativa específica e respeito à legalidade estrita (art. 37 da CF) e à repartição constitucional de competências.

2.2.1.4 DA FRAGILIDADE DO MODELO PROPOSTO: RISCOS À SEGURANÇA FINANCEIRA E INSTITUCIONAL: são apontadas, segundo a entidade, diversas fragilidades operacionais no modelo proposto pelo Edital, alertando para os riscos à segurança institucional e à sustentabilidade financeira dos Detrans. Critica-se a ausência de exigência de qualificação técnica mínima para o parceiro privado, o que aumenta o risco de falhas, fraudes e descontinuidade dos serviços. A garantia financeira prevista (R\$ 5 milhões) é considerada irrisória frente aos volumes arrecadados, e faltam mecanismos objetivos de controle, bloqueio e responsabilização contratual. A centralização da arrecadação desconsidera a diversidade dos sistemas dos Detrans, fere os princípios da descentralização e subsidiariedade, e fragiliza a accountability dos gestores públicos, já que estes permanecem formalmente responsáveis, mas sem poder efetivo de controle.

2.3 Dos pedidos:

2.3.1 Conforme se extrai do pedido de impugnação, em síntese, a impugnante pede:

2.3.1.1 Que o SERPRO e a SENATRAN levem em consideração os riscos federativos e operacionais apresentados.

2.3.1.2 A suspensão da tramitação do Edital de Chamamento Público n. 0076/2025.

2.3.1.3 A abertura de diálogo institucional com os órgãos executivos estaduais de trânsito.

2.3.2 A íntegra do pedido de impugnação encontra-se anexada ao Processo Eletrônico no sítio de publicação.

3. PARECER TÉCNICO

3.1 Em 05/05/2025, após encaminhar um Ofício (062-2025) com o pedido de impugnação ao SERPRO, a **AND** também encaminhou um Ofício (063-2025) de igual teor à **SENATRAN**.

3.2 Em 06/05/2025, a **SENATRAN** emanou uma Nota Técnica (7524-2025) e um Ofício (409-2025) contendo esclarecimentos e posicionamentos em resposta à **AND** que, então, na mesma data, encaminhou novo Ofício (065-2025) ao SERPRO que, em síntese (grifo nosso), revoga a solicitação anterior.

“Diante da importância do assunto, a AND apresentou os pontos de questionamento que por hora foram compreendidos, portanto **não vemos óbice no prosseguimento do Edital questionado.**”

4. CONCLUSÃO

- 4.1** O edital de chamamento público para seleção de parceiro privado em tela observa o princípio da isonomia, oportunizando o saneamento de defeitos e a impugnação dos atos.
- 4.2** Após a publicação do Chamamento Público, o pedido de impugnação apresentado pela impugnante **AND** foi recebido tempestivamente e devidamente avaliado.
- 4.3** Ato contínuo, após o recebimento de respostas encaminhadas pelo SENATRAN, a AND apresentou novo ofício ao SERPRO ratificando o prosseguimento do Chamamento Público e, assim, implicando na perda do objeto da impugnação.
- 4.4** Assim, considerando a perda do objeto por parte da impugnante, a presente impugnação torna-se **SEM EFEITO**.